

Finalmente, o novo modelo

Os políticos (e pensadores) liberais nunca preconizaram um *Estado* fraco; querem, isto sim, um Estado forte como deve ser o Estado de Direito. O que pretendem é um *Governo* pequeno, isto é, voltado para a execução das tarefas que são essencialmente suas — segurança individual e das fronteiras, educação, saúde, em muitos casos serviços urbanos — e não preocupado com estender controles sobre a economia e em ampliar o que se convencionou chamar de o “braço empresarial do Estado”. No Brasil, entendeu-se todo o contrário e se convencionou dizer que o dito neoliberalismo (?) quer um Estado fraco, donde incapaz de impor suas normas ao conjunto da sociedade. Isso é mais do que confundir Estado com Governo, de maneira que toda tentativa de diminuir o braço empresarial do Estado passe a ser vista como tentativa de enfraquecer o *Estado*. Essas considerações vêm a propósito da paulatina definição de posições que o presidente Fernando Henrique Cardoso vem fazendo de algum tempo para cá. O empenho do chefe de Estado em definir-se perante o público latino-americano, brasileiro e internacional em geral merece ser visto com atenção, pois, na verdade, se estão lançando, em frases proferidas aqui ou ali, as bases do modelo novo de desenvolvimento que deverá substituir o do Estado Novo, a “era Vargas”.

As definições fundamentais do presidente da República são feitas em discursos em que

cuida de vários assuntos. Ainda ontem, comentávamos que em abril, ao instalar grupo que iria cuidar das intervenções pontuais da União no Estado do Rio, o chefe do Executivo dissera sem disfarces que estatais importantes não seriam privatizadas. Ontem mesmo, por coincidência, o presidente da República, ao receber a bancada da Amazônia, fez um desses discursos *fleuves*, nos quais tudo cabe como nos rios caudalosos: a problemática da Amazônia, a carta que os governadores da Região fizeram pouco antes da ida de S. Exa. à Amazônia, a visita que a sra. Ruth Cardoso fez ao Acre, a repercussão que a carta dos governadores teve no Exterior, mudando a péssima imagem ecológica que lá tínhamos, as dívidas interna e externa, a privatização da Companhia Vale do Rio Doce, o tamanho do Estado.

Fixemo-nos na privatização e no Estado. Para o presidente Fernando Henrique Cardoso, “não há privatização correta possível sem um Estado forte” — e, como S. Exa. não renega o Estado de Direito, pelo contrário o defende com as medidas provisórias, supõe-se que quer um Governo capaz de intervir na economia e regulá-la. Aliás, é isso que vem logo em seguida, quando fala da “autoridade do Esta-



do para controlar a concessão”. Esse Estado forte deverá definir o interesse social e, mais importante ainda, “obrigar” as empresas a que elas, ao mesmo tempo que ganham alguma concessão numa área favorável, também assumam a concessão na área mais pobre, para evitar que haja cartelização”. Traduzindo em miúdos, quem ganhar uma concorrência (telefone ou energia elétrica) em São Paulo terá de investir no Piauí ao nível de tarifas fixadas pelo Estado (Governo) que pensa no “interesse social”, para que não haja cartel (?). Para o presidente da República, não há contradição entre os dois termos da equação que apresenta; apenas “quem não vê o mundo, quem não lê, quem não aprende” não é capaz de ver a coincidência de objetivos entre um Estado forte que impõe condições para concessões e a privatização. O Capital, sabemos, não lê nem aprende, embora aprecie se reproduzir.

Esse modelo — que poderá ser justificado teoricamente — define claramente o que será a nova política de concessões no setor de telecomunicações (apesar da maneira agressiva com que o ministro das Comunicações trata o problema) e no de petróleo. As notícias divulgadas ontem dão conta de que não serão muitos os pontos nevrálgicos em que as compa-

nhas privadas estrangeiras e nacionais poderão atuar no petróleo: transporte (se a Fronape não prover toda a demanda), construção de uma ou duas refinarias e o gasoduto Bolívia—Brasil. O presidente da Petrobrás, Joel Rennó, que sustentou a emenda finalmente aprovada, faz questão de complementar tudo aquilo que já se disse sobre o assunto: a Petrobrás não será privatizada, e com isso “terá toda a agilidade e toda a flexibilidade para que, junto

O presidente definiu as linhas de como será a economia depois da aprovação das emendas

com a iniciativa privada nacional e internacional, possa desenvolver, mais rapidamente, todos os projetos de infraestrutura de interesse do País”. Para ele, a aprovação da emenda vai dar à empresa a possibili-

dade de “fazer parcerias com outras empresas”. Ora, combatendo a emenda, a estrutura da Petrobrás dizia ser ela desnecessária, porque a empresa já fazia inúmeras parcerias com a iniciativa privada.

A Terra completou, portanto, seu movimento de rotação e o Alfa confundiu-se com o Ômega. O modelo novo não é o fim do Estado Novo; é a era Vargas buscando adaptar-se às condições do mundo moderno, sob a condução de quem viu o mundo, sabe ler e aprendeu.